

Mitologias do desenvolvimento: extensão rural e modernização: o caso de Santa Catarina (décadas de 1950 e 1960)

Reinaldo Lindolfo Lohn*

Resumo: Este artigo discute como o Serviço de Extensão Rural em Santa Catarina, em meados do século XX, tornou-se um dos elementos importantes das políticas públicas para populações rurais. A Extensão Rural participou da construção e difusão de mitologias a respeito da modernização, as quais serviram como pano de fundo para muitos dos conflitos políticos relacionados às mudanças socioculturais nas áreas rurais do Brasil.

Palavras-chave: modernização, representações sociais, extensão rural

Abstract: This article discusses how the Rural Extension Service in Santa Catarina, in the mid-twentieth century, it became one of the important elements of public politics for rural populations. The Rural Extension participated in the construction and dissemination of mythologies about the modernization which served as background for many of the political conflicts related to sociocultural changes in the rural areas of Brazil.

Keywords: modernization, social representations, rural extension

Quando o Serviço de Extensão Rural foi implantado em Santa Catarina em 1956, com a fundação da Associação de Crédito e Assistência Rural de Santa Catarina (ACARESC), as ações do poder público em relação ao meio rural e propriamente à pequena produção familiar norteavam-se por um conjunto de imagens e discursos nem sempre homogêneos. Em princípio, os extensionistas dirigiam-se a um grande número de pequenos proprietários cuja origem étnica — muitos descendentes de alemães e italianos — era historicamente valorizada por sua aptidão ao trabalho, idéia ancorada em argumentos imigrantistas que remontavam ao século XIX. Nos discursos e falas oficiais sobre o “homem do campo” catarinense encontramos, na documentação produzida por órgãos do Estado, a preocupação em ressaltar-lhe a laboriosidade e o esforço.

Santa Catarina parecia então distante das questões mais candentes que animavam o debate político no Brasil, em especial a partir da segunda metade da década de 1950, quando a temática rural entrou definitivamente no centro das discussões sobre o desenvolvimento brasileiro.

Por outro lado, começava a tomar corpo a percepção de que as práticas de trabalho e os hábitos encontrados no meio rural não se coadunavam com as relações capitalistas de produção, em escala industrial, que iniciavam sua expansão rumo ao interior catarinense. Construía-se, então, a necessidade de levar modernização e progresso aos agricultores, selecionando aqueles que poderiam tomar empréstimos em bancos para comprar tecnologia e insumos industrializados. Juntamente com as medidas pragmáticas de ação econômica e gestão da população rural, um conjunto de mitologias políticas era encetado. Cristalizava-se uma imagem segundo a qual o universo rural mantinha uma convivência problemática com uma pretensa nação moderna em grande crescimento.

O tema da modernização ganhava corpo e se transformava, desde então, numa idéia-chave para a compreensão de aspectos da cultura política brasileira e, mesmo, do desenrolar das disputas sociais em torno da implementação de determinadas opções de desenvolvimento. Travava-se então um debate que teve resultados duradouros e permanece ainda como uma marca indelével do desenvolvimento brasileiro, incluindo aí seus “mitos de origem”. Nas décadas de 1950 e

* Professor do Departamento e do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em História da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Email: reilohn@hotmail.com

Dossiê Campo e Cidade

1960 diversos atores participaram de disputas que diziam respeito à modernização brasileira e focavam o campo: as esquerdas, que ainda tinham o Partido Comunista como sua grande referência; a Igreja Católica, cuja influência de setores ultraconservadores e contrários à reforma agrária ganhava corpo; intelectuais, tanto os acadêmicos como os que estavam ligados a órgãos de promoção do desenvolvimento criados pelo Estado na época; técnicos agrícolas e Agrônomos vinculados ao Estado ou a empresas agroindustriais.¹ O ideário desenvolvimentista apostava que a modernização do país se daria através da superação das dicotomias entre campo e cidade ou atraso e modernidade, seja através do Estado ou pela ação empreendedora liberal. Este artigo pretende discutir como a Extensão Rural, entendida aqui como um personagem social, encontrou meios para fazer se ouvir e tornou-se um dos elementos importantes daquele teatro político, tomando por base o que se passou em Santa Catarina.

A expansão capitalista dava visibilidade ao campo em todo o Brasil, com disputas de representações marcantes. Parte da esquerda brasileira acreditava que “sobrevivências feudais” estavam “*entravando o progresso da agricultura*”. As resoluções oficiais do Partido Comunista Brasileiro (PCB) apontavam para a realização da “*revolução democrático burguesa*” de tal forma que fosse atingido o “*desenvolvimento independente e progressista da economia nacional, mediante a industrialização do País e a superação do atraso de nossa agricultura*”. A reforma agrária, condição considerada necessária para o rompimento com o “*feudalismo*”, deveria ser acompanhada pela luta por “*despertar os camponeses*”, ou seja, “*conscientizá-los de sua força coletiva, despertar suas próprias capacidades*”.² De sua parte, o Deputado Federal Francisco Julião, liderança mais visível do movimento das Ligas Camponesas, pregava que a reforma agrária deveria pressupor uma série de modificações na vida e nos costumes dos habitantes do campo. Afirmava que, além das transformações sociais básicas, a reforma agrária pressupunha mudanças tecnológicas, trazendo “*o arado contra a enxada*”, “*o agrônomo indo ensinar o camponês a cultivar a terra*” e “*defendê-la da erosão*”. A reforma também proporcionaria “*dinheiro emprestado a longo prazo*”, com “*juros de seis por cento ao ano*”, e ainda “*transporte barato*”, “*salário justo*” e “*a liberdade contra a escravidão*”. Julião dirigia-se ao “*camponês*”, afirmando ter “*a esperança de acender uma luz*” em seu espírito: “*quem precisa mudar camponês, és tu*”. Apelava para mudanças de atitudes, o esforço para que o trabalhador se alfabetizasse e apoiasse a formação de cooperativas.³

As discussões em torno das questões do meio rural não se limitavam à produtividade e a aspectos diretamente da ordem da economia. A “*questão agrária*” catalisava construções de representações sobre o que deveria ser uma nação moderna e desenvolvida. Disputavam-se ainda visões sobre o agricultor ideal, o que não deixou de ocorrer também em Santa Catarina, muito particularmente através da ACARESC. Através de relatórios, projetos, mensagens governamentais, livros, discussões em encontros e congressos, pode-se encontrar as linhas estruturantes de um discurso que por sua vez adquiriu sentido e significado num determinado momento histórico. A pesquisa histórica envolveu compreender como o discurso extensionista procurou fazer-se ouvido, procurando adquirir legitimidade junto ao Estado, ao empresários e à população atendida pelo serviço. Ao mesmo tempo, tratava-se de entrar no debate político já iniciado e encaminhar propostas de modernização diferentes daquelas dos movimentos de esquerda, particularmente a reforma agrária.

A visão que boa parte da esquerda possuía então sobre o extensionismo rural talvez possa ser apreendida do pequeno livro de Aguinaldo Marques, “*De que morre nosso povo*”, integrante de uma coleção chamada “*Cadernos do Povo Brasileiro*”, da Editora Civilização Brasileira. O autor classifica a atuação da Extensão Rural como mais uma das facetas da “*aliança do latifúndio brasileiro com o imperialismo norte-americano*”, com vistas a subornar os “*técnicos brasileiros por mil e uma maneiras, quase sempre sem o indivíduo sentir*” e determinando o “*entorpecimento do ânimo do agricultor brasileiro*”, vaticinando sua incapacidade para

¹ GONÇALVES NETO, Wenceslau. *Estado e agricultura no Brasil: política agrícola e modernização econômica brasileira, 1960-1980*. São Paulo: Hucitec, 1997. p. 51-77.

² AUED, Bernardete Wrublesk. *A vitória dos vencidos: o Partido Comunista Brasileiro e as Ligas Camponesas*. Florianópolis: UFSC, 1986. p. 24-25; 57.

³ CPI das Ligas Camponesas. Apud: *Ibidem*, p. 135-7.

resolver “seus próprios problemas”. Para Marques “somente um anjo poderia imaginar que os Estados Unidos iriam se preocupar em resolver as nossas dificuldades”. Como resultado disso, o Brasil continuava “importando trigo e leite, produzindo carne para o mercado externo”. Segundo o autor, enquanto a fome fazia parte do cotidiano de milhões de brasileiros, a produtividade agrícola não era capaz de cobrir “o aumento das populações urbanas nem suas exigências em alimentos bons e baratos”. Conclui: “temos importado até feijão”.⁴

Estava em disputa qual deveria ser a interpretação adequada para os problemas do meio rural brasileiro. Segundo Maria Eliza Linhares Borges, na década de 1960 o espaço público incorporou novos atores sociais, os trabalhadores rurais e os camponeses, os quais passavam a constituir “um grande desafio, tático e estratégico, para os grupos e/ou organizações de esquerda”.⁵ Na luta pela reforma agrária radical, como defendiam as ligas camponesas e o PC do B, ou por etapas, tese do PCB, ou ainda as diversas posturas autônomas de intelectuais, acadêmicos ou não, foram produzidos diversos textos analíticos que registram os discursos predominantes no período por parte da esquerda. Em 1961, o jornalista e militante comunista Rui Facó escrevia que a “revolução agrária” era um imperativo para o Brasil, pois só assim seria removido “o maior entrave ao pleno desenvolvimento econômico e social do país — o latifúndio semifeudal”, impulsionando o progresso.⁶

Pode-se perceber que os serviços de Extensão Rural implantados no Brasil entravam numa torrente de discussões amplas e num campo de lutas bastante acirrado. De todo modo, pelo menos estava bastante difundida a noção de que as formas e os instrumentos para a promoção do desenvolvimento capitalista brasileiro diziam respeito ao meio rural e por sua relação com o processo mais amplo de urbanização.

Pierre Bourdieu⁷ ressalta a importância do estabelecimento de condições sociais para que um discurso seja aceito. Ou seja, os discursos têm valor desigual conforme a situação histórica em que são produzidos, pois não são apenas relações de comunicação, mas também instrumentos de poder. O extensionismo rural fazia-se escutar, ancorando-se em uma série de situações históricas precisas e em toda uma formação discursiva da época em estudo, que lhe respaldava e garantia competência. É na história, portanto, que encontramos as possibilidades de legitimação do discurso da ACARESC, isto é, como esta pôde instaurar-se como linguagem autorizada, capaz de deter a interpretação legítima das questões do meio rural.

Desde 1948 eram desenvolvidos trabalhos com Extensão Rural no Brasil, a partir da fundação da primeira experiência nessa área, em Minas Gerais, sob patrocínio de uma entidade chamada *American International Association for Social Development* (A.I.A.), do empresário norte americano Nelson Rockefeller, interessado em expandir sua “Revolução Verde” pelos países periféricos. Foi então criada a Associação de Crédito e Assistência Rural (ACAR), que logo teve similares em vários estados — dentre os quais, Santa Catarina, com a ACARESC — o que levou, em 1956, à formação de uma entidade nacional, a Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural (ABCAR), visando uniformizar as ações extensionistas. Até o surgimento dessa organização central, a Extensão Rural tinha um aspecto de informalidade e sua gestão ocorria com relativa autonomia em relação ao Estado, o que acabou cedendo lugar ao planejamento baseado em critérios uniformes para todo o país.

Havia a participação do governo norte-americano que, em plena guerra fria, sob a Doutrina Truman, procurava conter o comunismo, estimulando a presença política e econômica dos Estados Unidos nos países subdesenvolvidos. Aquele país exportava uma experiência que desenvolvia desde o século XIX. Segundo Oriowaldo Queda e Tamás Szmrecsányi, “o movimento extensionista tem suas origens nos Estados Unidos da América, onde foi institucionalizado através de uma série de leis no começo deste século”, tendo assumido em 1914 a denominação “Serviço Cooperativo de Extensão Rural”. Já a partir de 1938, “essa modalidade

⁴ MARQUES, Aguinaldo N. *De que morre nosso povo?*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1963. p. 87.

⁵ BORGES, Maria Eliza Linhares. Estilistas urbanos do universo rural: o PCB na luta pela sindicalização rural em Minas Gerais. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, Vol. 14, nº 27, 1994. p. 73-86.

⁶ FACÓ, Rui. Notas sobre o problema agário. In: MARIGHELLA, Carlos et al. *A questão agrária: textos dos anos 60*. São Paulo: Brasil Debates, 1980. p. 51-57.

⁷ BOURDIEU, Pierre. A economia das trocas lingüísticas. In: ORTIZ, Renato (org.). *Pierre Bourdieu*. São Paulo: Ática, 1994. p. 145-183.

Dossiê Campo e Cidade

assistencial passou a ser cogitada para os países subdesenvolvidos, especialmente os da América Latina”, o que viria a tomar corpo uma década depois, com a criação de um serviço extensionista no Brasil.⁸ A difusão da Extensão Rural, para modernizar a agricultura tradicional, acompanhava a expansão do poder dos Estados Unidos no contexto internacional.

Em Santa Catarina, inicialmente denominado Escritório Técnico de Agricultura (ETA) - Projeto 17, os planos do novo órgão envolviam a implantação de escritórios em todos os municípios, para arregimentar o apoio dos produtores rurais. Em 1957, já sob a denominação de Associação de Crédito e Assistência Rural do Estado de Santa Catarina (ACARESC),⁹ encontravam-se em funcionamento os escritórios de São José, Indaial, Rio do Sul, Ibirama, Ituporanga, Capinzal, Herval do Oeste, Videira e Joaçaba, além do escritório central em Florianópolis. Conforme depoimento concedido por Christóvão Andrade Franco, um dos primeiros membros da Extensão Rural catarinense e ex-dirigente, esses municípios foram escolhidos por sua localização nas duas regiões com “potencialidade de trabalho” eleitas no Estado: os vales do Itajaí e do Rio do Peixe. São José seria apenas um escritório piloto, escolhido pela proximidade com Florianópolis. Os primeiros extensionistas foram recrutados em diversos Estados do país, pois Santa Catarina possuía poucos agrônomos. A Extensão Rural tinha uma estrutura de trabalho dividida entre o Escritório Central, para todo o Estado, os Escritórios Regionais, para uma região, além dos Escritórios Locais em cada município. As primeiras décadas de trabalho foram de grande expansão, com facilidade na obtenção de recursos e grande demanda dos municípios pela instalação de escritórios.¹⁰

Em 1961, a A.I.A. retirou-se da direção da ABCAR. A partir daí, a intervenção do Estado sobre a Extensão Rural ampliou-se gradativamente. Isso ocorreu porque sem o apoio daquela entidade internacional, a ABCAR, segundo as justificativas oficiais, só poderia manter-se com auxílio governamental. O resultado foi o comprometimento político do sistema de Extensão Rural com os programas agrícolas do Governo Federal. Tal situação expressou-se no Plano Quinquenal da entidade de 1961 a 1965, no qual o extensionismo rural, segundo Maria Teresa Lousa da Fonseca, comprometeu-se “a colaborar ‘com as demais entidades que atuam no meio rural’ e como a maioria destas entidades eram subordinadas ao Governo, tal concordância significava um compromisso com a política agrícola vigente”.¹¹

Após o golpe militar de 1964, com a aceleração da modernização agrícola e a consolidação do Complexo Agroindustrial, houve uma reforma administrativa no serviço público agrícola, originando a criação da Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER), em 1974. “Foi a oficialização do sistema de extensão rural, passando de uma associação civil para uma empresa pública”.¹²

No balanço que vários estudos acadêmicos vêm apresentando sobre essa época, constata-se que o processo de modernização acelerada dos processos produtivos agrícolas, ampliou a expansão capitalista no campo sem apontar para transformações na estrutura agrária. Ocorreram mudanças na base técnica agrícola e o Complexo Agroindustrial teve grande crescimento. Paralelamente, as técnicas produtivas prescritas pela Extensão Rural introduziram novos padrões de trabalho aos pequenos produtores. Todo um discurso de valorização da tecnologia e de seus supostos efeitos para a superação do atraso do agricultor foi construído, ressaltando a autoridade dos técnicos. Embora, deva-se ressaltar que, muitas vezes, os próprios extensionistas acabavam sendo nada mais do que repassadores de informações e de uma estratégia de atuação sobre a qual não dispunham de qualquer controle, sendo rigidamente monitorados pelas estruturas hierárquicas superiores, às quais cabia a formulação do “discurso competente” da entidade.

Para Marilena Chauí,¹³ “o discurso competente é aquele que pode ser proférido, ouvido e aceito como verdadeiro e autorizado (...) porque perdeu os laços com o lugar e o tempo de sua origem”, tornando-se instituído e autorizado, ou

⁸ SZMRECSÁNYI, Tamás & QUEDA, Oriowaldo (orgs.). *Vida rural e mudança social: leituras básicas de sociologia rural*. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1973. p. 271.

⁹ O convênio com o Escritório Técnico de Agricultura (ETA) tinha um prazo de quatro anos, “após os quais o Estado deveria assumir a total responsabilidade na condução do Serviço de Extensão. Por isso, em 21 de junho de 1957, o governo do Estado tomou providências para a criação da Associação de Crédito e Assistência Rural de Santa Catarina – ACARESC”. Cf. OLINGER, Glauco. *Ascensão e decadência da Extensão Rural no Brasil*. Florianópolis: Epagri, 1996. p. 56.

¹⁰ FRANCO, Christóvão Andrade. Entrevista concedida a Reinaldo Lindolfo Lohn em 05/set/1996.

¹¹ FONSECA, Maria Teresa Lousa da. *A extensão rural no Brasil, um projeto educativo para o capital*. São Paulo: Louyola, 1985. p. 157.

¹² FURTADO FILHO, Dorvalino et al (orgs.). *Gotas de suor: uma trajetória de 40 anos*. Florianópolis: Epagri, 1996. p. 169.

¹³ CHAUI, Marilena de Souza. *Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas*. São Paulo: Cortez, 1993. p. 3-13.

seja, “os interlocutores já foram previamente reconhecidos como tendo direito de falar e ouvir”. Verifica-se que a ACARESC angariou apoios na estrutura governamental, oferecendo em troca todo um potencial de influência social proporcionado pela sua capilaridade no interior do Estado, atingindo praticamente todos os municípios, algo que poderia ser revertido para beneficiar de várias maneiras aos governantes, principalmente em relação ao que podemos chamar de gestão da população no campo. Mais do que o simples aumento de produtividade, mecanismos como o Crédito Rural, o cooperativismo, a sindicalização e a Extensão Rural, procuravam estabelecer uma nova ordem social.

O aumento da produção agrícola e a expansão do capitalismo no campo passavam pela necessidade de desqualificar o saber costumeiro dos pequenos agricultores, de modo a adestrá-los e disciplinarizá-los segundo a lógica do capital. Segundo Wenceslau Gonçalves Neto, os serviços de Extensão Rural assumiam, no processo de modernização da agricultura, uma atribuição complexa, pois seu trabalho apontava para resolver problemas como a dispersão espacial dos produtores rurais e as possíveis resistências à adoção de inovações tecnológicas. Os mais agricultores mais refratários à assistência técnica eram justamente “os mais pobres, descapitalizados, com acesso a pouca informação e distantes dos grandes centros”, promovendo “sua transformação de tradicional em moderno”. Contudo, o trabalho envolveu, com o tempo, a preparação de projetos para a obtenção de crédito rural, com os serviços de extensão recebendo remuneração em função dos valores obtidos pelos produtores junto aos bancos. Assim, “o acesso à assistência técnica estava reservado àqueles que tinham acesso às agências bancárias”.¹⁴

Os projetos educativos aplicados entre as famílias rurais, desde a introdução do extensionismo no Brasil, voltavam-se, segundo Lousa da Fonseca, “para garantir que o homem rural entrasse no ritmo e na dinâmica da sociedade de mercado”, trazendo mudanças profundas para o agricultor “que se refletiriam diretamente no seu modo de vida, na sua forma de produzir, exigindo-lhe ainda que aprendesse a consumir produtos industrializados”.¹⁵ A pesquisa documental aponta para um farto material de divulgação, com impressos de boa qualidade e trabalhos motivacionais, através de meios de comunicação de massa, principalmente o rádio, que atuavam no sentido de criar necessidades de consumo. Empregavam-se alguns instrumentos da nascente indústria cultural, de modo a promover o gosto por produtos industrializados e demonstrar a necessidade de adquirir máquinas e implementos agrícolas, de alto custo, modificando formas de trabalho costumeiras. Estes esforços visavam garantir o consumo em escala da produção industrial voltada para o campo, o qual se tornava uma nova fronteira de mercado, capaz de absorver parte dos excedentes gerados pelo fim da Segunda Guerra Mundial.

No campo e na cidade, as mensagens tendiam a controlar simultaneamente a produção e o consumo, em benefício da industrialização. Analisando peças publicitárias do período, que cresciam à medida em que se tornava maior a expansão capitalista no país, Anna Cristina Camargo Moraes Figueiredo verifica que, à certa altura, procurou-se enfatizar a idéia de que o progresso viria para superar o passado agrícola do país e privilegiar os habitantes urbanos, que teriam acesso às facilidades modernas. Nesse momento “o termo moderno pressupunha, na publicidade, a supressão do passado e a inauguração de um ‘tempo novo’”.¹⁶ Se no espaço urbano estava o principal público da propaganda e os consumidores das novas indústrias, basicamente uma classe média cada vez mais numerosa e ávida por novidades, reforçada pelo incentivo ao crediário, no campo a Extensão Rural promovia um esforço similar de formar consumidores. Os valores do livre-mercado e da iniciativa privada tinham então amplas formas para difundir-se num momento em que a guerra fria apresentava-se mais aguda e internamente a confrontação entre direita e esquerda radicalizava-se.

Em grande medida o extensionismo rural fazia parte das mitologias desenvolvimentistas instituídas em vários países da América Latina ao longo dos anos de 1950 e 1960. No Brasil, a experiência do processo de mudanças sociais e os apelos à “modernização” afetaram trajetórias de vida e cristalizaram no imagi-

¹⁴ GONÇALVES NETO, Wenceslau, cit. p. 202-206.

¹⁵ FONSECA, Maria Teresa Lousa da, cit., p. 95.

¹⁶ FIGUEIREDO, Anna Cristina C. Moraes. “Liberdade é uma calça velha, azul e desbotada”: publicidade, cultura de consumo e comportamento político no Brasil (1954-1964). São Paulo: Hucitec, 1998. p. 31-51.

Dossiê Campo e Cidade

nário político o que podemos chamar de utopias desenvolvimentistas e seu conjunto de representações sociais, como se fossem formados sujeitos coletivos a partir das expectativas individuais e dos horizontes em comum, expressos tanto em palavras, imagens, discursos e práticas, quanto em artefatos da cultura contemporânea. São mitologias que, utilizando algumas acepções de Raoul Girardet, possibilitam a compreensão simplificada de processos complexos e, por vezes, ameaçadores, apontando para a construção de uma compreensão do que estava ocorrendo e, mesmo, promovendo a adesão de amplas camadas da população e tornando legíveis e coerentes os discursos políticos carregados de promessas da certeza de um futuro próspero e seguro.¹⁷ A afirmação desse imaginário social e desses consensos mobilizou grupos e classes, gerou espetaculares vitórias eleitorais, bem como moldou aspectos culturais, políticos e econômicos, em torno das promessas da modernização, ou seja, mudança social intensa e contínua, com elevação dos padrões de vida, em especial, através de intervenções nas populações pobres do interior e de incentivos à urbanização. Pretendeu-se empreender uma construção de sujeitos sociais, intervindo em práticas culturais que teriam o objetivo de criar um “novo” agricultor, sob o signo da produtividade.

Os discursos produzidos no âmbito da ACARESC permitem vislumbrar a elaboração e formulação de um projeto político com vistas a construir novos tipos de sujeitos sociais, um novo tipo de agricultor em Santa Catarina, envolvendo um confronto entre visões de mundo, culturas e modos de pensar diferentes. Mais do que a subordinação material ao desenvolvimento capitalista, caberia atuar como um poder simbólico, capaz de legitimar o saber técnico. Isto implicava na construção de um agricultor modelo, moderno e, ao menos nos projetos, conformado às normas determinadas pelo Serviço de Extensão Rural. No discurso as formas de produção costumeiras apareciam como arcaísmos que deveriam ser proscritas e substituídas pelas imposições técnicas dos extensionistas.

Partia-se de uma constatação: na agricultura brasileira, as necessidades de modernização e de criação de um mercado capitalista entravam em choque com práticas de trabalho consideradas arcaicas e improdutivas. Não se tratava mais de que o agricultor fosse apenas um trabalhador dedicado e persistente, pois esse não era um problema para Santa Catarina — ao menos nos discursos. Seria necessário que o “laborioso” trabalhador rural catarinense adotasse práticas e técnicas que ampliassem a produtividade, integrando a agricultura no processo de crescimento industrial. Para isso era preciso um “novo rurícola”, cujo modelo não mais poderia ser representado pelo agricultor tradicional e auto-sustentado.

Não se tratava apenas de intervenções estatais sobre os produtos agrícolas, no que diz respeito a sua armazenagem, distribuição e preços, mas na própria forma de produção, atingindo diretamente os processos de trabalho empregados pelos agricultores. O extensionismo foi um dos elementos dessa mudança nas políticas públicas localizadas no meio rural, que até então haviam se concentrado em quase que apenas garantir o abastecimento às cidades, mesmo que a custa de fazendas estatais: escolas práticas de agricultura em Canoinhas e Lages, além de duas fazendas de experimentação em Florianópolis, a “Assis Brasil” e a Ressacada — nesta última ainda encontrava-se um dos órgãos responsáveis pelo suprimento de leite à Capital do Estado. Em outras regiões, existiam ainda postos de monta, para atendimento à pecuária e laboratórios para defesa sanitária animal. O Estado também assumia a construção de silos, armazéns, bem como a distribuição de sementes, adubos e ferramentas. Na década de 1950, houve a criação da Secretaria da Agricultura, através do desmembramento da antiga Secretaria de Estado dos Negócios da Viação, Obras Públicas e Agricultura, o que viria tornar mais efetiva a intervenção governamental com o fim de levar mudanças ao meio rural.

Além da Extensão Rural, outros chamados “*projetos de desenvolvimento de comunidades*” tornaram-se comuns nos países pobres, voltados a elevar padrões de vida da população rural. No Brasil, desde a década de 1940, eram implementadas diversas ações: Campanhas de Educação Rural, Serviço Social Rural, Movimento de Educação de Base, entre outros. Todos esses programas visavam arregimentar

¹⁷ GIRARDET, Raoul. *Mitos e mitologias políticas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987. p. 183-187.

a população para projetos oficiais, tomando por premissa a “participação do próprio povo para melhorar seu nível de vida, contando com apoio técnico governamental para tornar mais eficazes os programas de ajuda mútua”, tendo uma “visão organicista de uma sociedade regida pelo equilíbrio e harmonia”.¹⁸ Essa perspectiva encontrou respaldo entre técnicos e intelectuais de Santa Catarina, que participaram de cursos internacionais sobre tecnologia agrícola. Teobaldo Costa Jamundá, relatando na época as atividades que desenvolveu em um desses eventos, realizado na América Central, ressaltou o “trabalho para vencer a pobreza”, a luta que estava em curso para “vencer o atraso” dos latino-americanos.¹⁹ Também, a instabilidade política no Terceiro Mundo, que provocou movimentos populares como a Revolução Cubana, levou os governos dos países centrais, notadamente os Estados Unidos, a implementarem projetos como a “Aliança para o Progresso” ou “Alimentos para a Paz”. Havia o receio do papel subversivo da pobreza em plena área de influência norte americana.

Portanto, não só técnicos agrícolas e agrônomos eram engajados nesses programas. Profissionais da área das Ciências Humanas e Sociais estavam também incorporados. Em 1961, escrevendo sobre a importância da atuação de antropólogos em programas de desenvolvimento de comunidade, Walter Piazza ressaltava que o trabalho deveria envolver “motivação” e “mudança cultural”, para que as pessoas atendidas alcançassem “melhores padrões de vida, mais eficiente uso de recursos naturais, melhor saúde e mais educação (especialmente um mínimo para os analfabetos)”.²⁰ O papel do antropólogo seria o de fazer um levantamento minucioso das condições sociais, econômicas e culturais da população, ressaltando aspectos como a situação sanitária e as formas de trabalho empregadas.

Entre todos esses programas, a Extensão Rural teve destaque especial em Santa Catarina, tornando-se uma estratégia privilegiada de intervenção governamental no interior do Estado. Recebeu recursos provenientes dos Estados Unidos, através de órgãos e programas como a Agência Americana para o Desenvolvimento Internacional (USAID), a Aliança para o Progresso, o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento.²¹ Além disso, articulou-se com a Igreja, através das Semanas Ruralistas, organizadas pelo episcopado, que facilitavam o contato dos extensionistas com as comunidades agrícolas. Para Dinarte Belato, o “comunitarismo” era pregado mas o Serviço de Extensão Rural disseminava uma atitude entre os agricultores segundo a qual as diferenças sociais surgidas, com o sucesso de uns e o fracasso de outros, as desigualdades no acesso ao crédito e à tecnologia, seriam um problema meramente pessoal e não decorrente de um processo intencional e generalizado de intervenções capitalistas no meio rural. Conforme o autor, construía a representação de que “apesar dos pesares” todos seriam iguais, pertencentes à comunidade, embora estivesse aos poucos ocorrendo a exclusão individual de muitos deles.²²

A esse respeito, a ACARESC²³ foi definida como um “serviço eminentemente educativo”, que se destinava a ensinar “melhores técnicas de trabalho” ao agricultor, de modo a “elevar-lhe o nível de vida pela aplicação inteligente da renda obtida”, em lugar das “velhas e antiquadas práticas de agricultura e pecuária”. A finalidade do Serviço de Extensão Rural seria a de expandir o crédito rural através de um tipo de assistência orientada para a “exploração lucrativa da propriedade”, com métodos modernos, difundidos por agrônomos e visitadoras domésticas.²⁴ Passou a desenvolver trabalhos em conjunto com órgãos estaduais ligados à agricultura — como a Usina de Beneficiamento de Leite, que atendia à Capital do Estado — de modo a atrair a atenção de pequenos produtores rurais. Por meio das modernas tecnologias, os produtores sofreriam grandes transformações em seus hábitos e processos de trabalho, sendo estimulados a produzir segundo as condições do mercado, desenvolvendo lavouras e criações diferentes das que estavam habituados, de modo a poderem pagar os empréstimos que começavam a realizar. Além disso difundia-se a adoção de novas práticas sanitárias e profiláticas.²⁵

Pode-se dizer que foi inventada uma divisão entre campo em cidade em que o primeiro tornou-se objeto de uma intervenção estatal que tinha o intuito de

¹⁸ MACHADO, Eduardo Paes (coord) et al. *Poder e participação política no campo*. São Paulo: Cerifa; Salvador: CAR/CEDAP-CENTRU, 1987. p. 17-18.

¹⁹ JAMUNDÁ, T. C. Mensagem de Turrialba II. *Boletim Faresc*, Florianópolis, n. 30-31, 1961. p. 01-02.

²⁰ PIAZZA, Walter F. *O papel do antropólogo nos programas de desenvolvimento de comunidade e cinco trabalhos executados*. Florianópolis: 1961, mimeo. p. 3.

²¹ GRIMM, Sadi Sérgio. Repensando a extensão rural em Santa Catarina. *Agropecuária Catarinense*, Florianópolis, vol. 7, nº 4, 1994. p. 31-40.

²² BELATO, Dinarte. *Os camponeses integrados*. 1985. 443 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1985. p. 18-19.

²³ A ACARESC, juridicamente, era uma associação civil, sem fins lucrativos, financiada pelos governos estadual e federal, pela Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural (ABCAR) e, em menor escala, pelo Serviço Social Rural, Federação das Associações Rurais do Estado de Santa Catarina e Prefeituras Municipais. A administração da ACARESC ficava a cargo de uma junta composta pelas partes financiadoras. Sua atuação era orientada por planos anuais e quinquenais de trabalho.

²⁴ SANTA CATARINA (Estado). Governador Jorge Lacerda. *Um Ano de Trabalho*: discurso proferido no palácio do governo, em 31 de janeiro de 1957, por ocasião da passagem do primeiro aniversário da sua administração. mimeo. Florianópolis, 1957. p.10.

²⁵ SANTA CATARINA (Estado). Governador Heriberto Hülse. *Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa, em 15 de abril de 1960*. Florianópolis, 1960. p. 128-141.

Dossiê Campo e Cidade

conhecer, contabilizar, delimitar populações, de modo a levar esse “outro” Brasil ao desenvolvimento e aos benefícios do capitalismo, aumentando a produtividade das práticas agrícolas, mediante a introdução de modificações tecnológicas que tinham o fim de alterar profundamente as chamadas práticas costumeiras e rotineiras dos pequenos agricultores catarinenses, provocando as mudanças culturais pretendidas.

O trabalho era dirigido para arremeter apoio à modernização junto aos agricultores. A tarefa seguinte seria a de implementar projetos de tecnificação agrícola e mudança de hábitos domésticos. Maria Ignez Silveira Paulilo descreve a ação da ACARESC no sul do Estado, na década de 1960, período de maior expansão do serviço, enfatizando “um programa de educação do jovem rural, calcado num modelo norte-americano de ação, através dos Clubes 4S” — saber, sentir, servir e saúde. Através dessas entidades “filhos de agricultores de 14 a 25 anos”, receberam “toda uma educação ‘modernizante’”, tendo “acesso a pequenos créditos, a juros baixos” para a realização de experiências nas propriedades de suas famílias. Havia “um verdadeiro trabalho de conquista”, com diversos estímulos que envolviam “todo um trabalho de orientação mas, também, de ‘sedução’ dos colonos da região”. Os clubes 4S tiveram grande abrangência em várias regiões do Estado, atuando junto a um número expressivo de jovens e famílias.²⁶

O governo do Estado e as entidades de representação dos grandes produtores rurais apoiavam publicamente a difusão de técnicas agrícolas modernas através da Extensão Rural, como um mecanismo eficaz para alterar as condições de produção, adequando-as à modernização e elaborando discursivamente um agricultor sob controle, adestrado e disciplinado.

Vários autores denominaram o processo em curso de “modernização conservadora”, pois calcado na implantação da empresa rural capitalista no campo, aumentando a produtividade por intermédio de métodos e técnicas modernas, sem alterar estruturas agrárias.²⁷ O golpe militar de 1964 consolidou esta opção e também levou a Extensão Rural a tornar-se, cada vez mais, um dos principais instrumentos de intervenção do Estado sobre a economia agrícola. Segundo Bernardo Sorj, o governo militar orientou a economia no sentido de maior concentração e centralização do capital, fortalecendo as empresas industriais mais avançadas e deprimindo o nível salarial da classe operária, “gerando assim as condições de um novo ciclo de expansão econômica com a participação maciça do capital estrangeiro e o suporte das empresas estatais”.²⁸ Esta configuração de poder político e econômico no campo permitiu que o setor agrícola predominante respondesse às necessidades da industrialização. Aumentou-se a oferta de matérias primas e alimentos e a agricultura tornou-se compradora não só de bens de consumo industrializados, como também de insumos e máquinas gerados pelo setor industrial.

No período iniciado com a instauração da ditadura militar, ocorreu a ampliação das esferas de regulação estatal. As decisões passaram a ser tomadas pelo Executivo, que era constituído por uma elite tecnoburocrática subordinada ao comando militar do regime. O Estado tornou-se mais complexo, abrangendo múltiplas funções, valendo-se de mecanismos que acentuavam sua estratégia de expansão selvagem do capital, especialmente após 1967, a partir do I Congresso Nacional de Agropecuária, cujo documento final, a “Carta de Brasília”, acabava com qualquer discussão a respeito da política agrícola, optando pela modernização acelerada. Com as políticas pós-64 os grandes grupos econômicos agroindustriais crescem ainda mais em Santa Catarina e o extensionismo rural colaborou para a efetiva implantação da agricultura empresarial capitalista.

A própria questão agrária foi subordinada aos planos de modernização agrícola. O Estatuto da Terra, que previa reforma agrária, segundo José de Souza Martins, teria como beneficiário o empresário capitalista, tornando-se um mecanismo auxiliar ao processo de modernização, servindo para resolver os conflitos mais graves ocasionados pela acumulação capitalista.²⁹

²⁶ PAULILO, Maria Ignez Silveira. *Produtor e agroindústria: consensos e dissensos - o caso de Santa Catarina*. Florianópolis: Ed. UFSC, 1990. p. 55-56.

²⁷ BRUM, Argemiro Jacob. *Modernização da agricultura: trigo e soja*. Petrópolis: Vozes, 1988. p. 54.

²⁸ SORJ, Bernardo. *Estado e classes sociais na agricultura brasileira*. Rio de Janeiro: Zahar, 1983. p. 68.

²⁹ MARTINS, José de Souza. *A militarização da questão agrária*. Petrópolis: Vozes, 1985. p. 20-25.

A modernização conservadora configurava um novo padrão de desenvolvimento rural, caracterizado, segundo Guilherme da Costa Delgado, pela modernização agropecuária, com a ampliação do Complexo Agroindustrial e com a constituição de um sistema de financiamento da expansão de capitais (o Sistema Nacional de Crédito Rural), além da *“definição de um novo padrão de regulação das relações econômicas e sociais do setor rural pelo Estado”*.³⁰

O Estado passou a dispor de uma série de instrumentos voltados à introdução de inovações tecnológicas na agricultura. O Crédito Rural foi considerado o principal mecanismo motivador de mudança tecnológica pelos extensionistas, apesar de atingir parcelas restritas do conjunto dos produtores rurais, devido à pobreza e à exigência de garantia da terra. Além disso, como já apontado anteriormente, em muitos casos, a oferta de crédito rural tornava-se um fim em si mesma, pois seu agenciamento gerava receitas para a manutenção do serviço ao mesmo tempo em que provocava endividamento e posterior perda de patrimônio, afetando muitos agricultores.

A Extensão Rural atuou junto a pequenos agricultores de modo a condicioná-los à disciplina do trabalho em moldes capitalistas, intervindo em suas condutas. Ao mesmo tempo, tratava-se de dar um novo encaminhamento para as “questões” do meio rural brasileiro, tangenciando a reforma agrária pretendida por segmentos políticos de esquerda e propondo um novo padrão de desenvolvimento como solução para os problemas, valendo-se das mitologias sobre a modernização brasileira então em voga. No discurso veiculado pelos extensionistas da ACARESC, as dificuldades do pequeno agricultor restringiam-se à questões técnicas, advindas da inadequação das formas de produção tradicionais às novas exigências do capitalismo. Raquel Quadros Seiffert afirma que para os dirigentes dos programas de Extensão Rural em Santa Catarina *“o Estado não carecia de terras e sim de técnicas mais adequadas para seu cultivo”*, salientando *“a necessidade de uso de fertilizantes químicos”*, sob o argumento de que *“a quantidade de fertilizantes consumidos constituía um dos indicadores de desenvolvimento do país”*.³¹

Na análise é preciso procurar aquelas referências básicas e as linhas mestras do discurso, apresentando suas regularidades ao longo do tempo. Porém, nunca é demais lembrar que os discursos produzidos ou incorporados pela ACARESC também tiveram suas óbvias e importantes heterogeneidades, havendo vozes dissonantes que nem sempre puderam ser ouvidas. É só levando em conta o tempo e o espaço de sua produção, que se pode entender a existência e a eficácia desse discurso, que nunca chegou a ser completamente homogêneo, mas construído ao longo de todo um processo de conflitos que envolveram o país inteiro.

Contribuição recebida em 25.02.2008 e aprovada em 25.05.2008.

³⁰ DELGADO, Guilherme da Costa. *Capital financeiro e agricultura no Brasil: 1965-1985*. São Paulo: Ícone, 1985. p. 21-22.

³¹ SEIFFERT, Raquel Quadros. *Extensão Rural em Santa Catarina: impasses políticos-pedagógicos (1956-1985)*. 1990. 222 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1990. p. 83-84.